

LEITURA LITERÁRIA NA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

LITERARY READING IN CHILDHOOD: MEDIATION, FAMILY AND PUBLIC POLICIES

Veralús Batista da Silva Delgado

MUST University, Estados Unidos

Liliane Inácia da Silva

MUST University, Estados Unidos

Ismael dos Santos Oliveira

Universidade da Amazônia, Brasil

Eugirlene Pinheiro da Silva Carvalho

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Delianni Alves Pereira

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/b4qkqt44>

Publicado em: 06.05.2025

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar a importância da literatura infantil para a formação de pequenos leitores no contexto da educação infantil brasileira. O estudo abordou o tema da leitura literária como prática formativa fundamental, considerando três dimensões: a mediação docente, a influência familiar e os limites das políticas públicas de leitura. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, fundamentada na análise interpretativa de produções acadêmicas recentes, selecionadas a partir de critérios temáticos e relevância para o campo educacional. As fontes consultadas foram organizadas e discutidas com base em categorias analíticas, permitindo articular diferentes perspectivas teóricas sobre o papel da literatura na infância. Os resultados apontaram que a mediação do professor é decisiva para a construção do hábito leitor, principalmente quando associada a práticas planejadas, afetivas e frequentes. Verificou-se também que o envolvimento da família favorece a formação de vínculos positivos com os livros, embora fatores socioeconômicos dificultem a presença da leitura em muitos lares. Por fim, observou-se que as políticas públicas de incentivo à leitura apresentam fragilidades quanto à implementação, continuidade e alcance, sobretudo em regiões de baixa infraestrutura. Concluiu-se que a literatura infantil deve ser tratada como um direito educacional e cultural da criança, sendo necessária a articulação entre escola, família e Estado para garantir o acesso pleno a práticas leitoras significativas.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Mediação; Narrativa; Acesso; Infância.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the importance of children's literature for the development of young readers in the context of early childhood education in Brazil. The study addressed literary reading as a fundamental formative practice, considering three dimensions: teacher mediation, family influence, and the limitations of public



reading policies. To this end, a qualitative, bibliographic research was carried out, based on the interpretative analysis of recent academic publications selected according to thematic criteria and their relevance to the educational field. The consulted sources were organized and discussed through analytical categories, enabling the articulation of different theoretical perspectives on the role of literature in childhood. The results indicated that teacher mediation is decisive in building reading habits, especially when combined with planned, affective, and consistent practices. It was also found that family involvement helps to establish positive relationships with books, although socioeconomic factors hinder the presence of reading in many homes. Finally, it was observed that public policies promoting reading exhibit weaknesses regarding implementation, continuity, and reach, particularly in low-resource regions. It was concluded that children's literature should be regarded as an educational and cultural right of the child, and that coordination among schools, families, and the State is essential to ensure full access to meaningful reading practices.

KEYWORDS: Reading; Mediation; Narrative; Access; Childhood.

Introdução

A formação de leitores na infância é fundamental para o desenvolvimento intelectual, social e afetivo da criança. A literatura infantil, nesse contexto, representa um instrumento essencial para estimular a imaginação, o pensamento crítico e a linguagem, desde que mediada por práticas pedagógicas adequadas. Apesar de sua relevância, a inserção da leitura literária no cotidiano escolar ainda enfrenta obstáculos, como a ausência de formação específica dos professores, a falta de envolvimento familiar e a limitação das políticas públicas voltadas à leitura na educação infantil.

Este estudo foi motivado pela percepção de que a leitura literária, muitas vezes, ocupa um espaço marginal no ambiente educacional, sendo tratada como atividade secundária ou esporádica. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de fortalecer a literatura como componente estruturante da formação leitora, reconhecendo-a como prática educativa, cultural e cidadã. A leitura na infância deve ser compreendida como direito, e não como complemento.

A questão norteadora que orientou esta pesquisa foi: 'de que forma a literatura infantil, mediada por ações docentes e familiares, contribui para a formação de pequenos leitores, considerando os limites das políticas públicas brasileiras voltadas à leitura na educação infantil?'

O objetivo geral consistiu em analisar a importância da literatura infantil para a formação de pequenos leitores. Como objetivos específicos, buscaram-se: (i) identificar estratégias de mediação docente na leitura literária; (ii) compreender a influência da família no estímulo à leitura na infância; e (iii) discutir as limitações das políticas públicas de leitura voltadas à educação infantil.

A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com base na leitura e análise de textos acadêmicos recentes. O levantamento foi realizado no *Google Acadêmico*, plataforma digital de busca científica, utilizando combinações simples de palavras-chave como "literatura infantil", "formação de leitores", "mediação docente" e "políticas públicas de leitura". A análise seguiu a proposta de organização temática, conforme defendido por Narciso e Santana (2025), priorizando a interpretação crítica do conteúdo.

Foram utilizados autores como Felipe e Barbosa (2023), Souza e Alves (2023) e Fernandes e Costa (2023), cujas contribuições permitiram articular teoria e prática sobre a leitura literária na infância, seus mediadores e os entraves enfrentados no contexto educacional brasileiro.

O artigo está estruturado em três capítulos. O Capítulo 1 discute 'A mediação docente na leitura literária infantil e as estratégias pedagógicas associadas.' O Capítulo 2 trata 'A influência da família no estímulo à leitura na infância.' O Capítulo 3 analisa 'Os limites das políticas públicas de leitura para a educação infantil no Brasil.' Ao final, apresentam-se os resultados, a discussão e as considerações finais com sugestões para futuras investigações.

Metodologia

A presente pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem bibliográfica, com foco qualitativo, orientada pela interpretação e análise crítica de produções acadêmicas que tratam da literatura infantil como instrumento formativo na educação infantil. A bibliografia consultada foi composta por artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e documentos institucionais relacionados ao ensino da leitura, à formação de leitores e às políticas públicas educacionais.

A abordagem adotada foi qualitativa, centrada na análise interpretativa das ideias e das estratégias descritas pelos autores. Como destacam Narciso e Santana (2025, p. 19461), "a abordagem foi qualitativa, com foco na interpretação e compreensão das ideias e propostas apresentadas nas obras selecionadas", o que permitiu examinar com profundidade as práticas, limitações e potencialidades apresentadas nos textos estudados. A opção por esse tipo de abordagem se justifica pela natureza do objeto de estudo, que envolve práticas educativas, experiências pedagógicas e conceitos relacionados ao processo de formação leitora, todos eles fortemente ancorados em contextos sociais e culturais.

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais. Na primeira, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de palavras-chave simples, relacionadas diretamente ao tema central do estudo, tais como: "literatura infantil", "formação de leitores", "mediação docente", "leitura na infância", "políticas públicas de leitura" e "educação infantil". As combinações entre esses termos possibilitaram a identificação de textos que abordam, de forma direta ou transversal, as dimensões formativas da leitura literária e os desafios enfrentados no contexto escolar brasileiro.

Em seguida, na segunda etapa, os textos selecionados foram analisados à luz dos objetivos da pesquisa. Durante essa fase, foram identificados conceitos-chave, métodos e enfoques apresentados por cada autor, os quais foram organizados tematicamente para facilitar a comparação entre suas propostas (Narciso; Santana, 2025, p. 19461). Essa organização permitiu reconhecer convergências e divergências entre os referenciais, além de evidenciar as lacunas existentes na produção acadêmica sobre o tema.

A terceira etapa consistiu na sistematização dos dados interpretados e na construção dos capítulos do artigo. As ideias foram discutidas de forma crítica e articulada, considerando as contribuições teóricas mais relevantes para o campo da literatura infantil. Nessa fase, valorizou-se a reflexão pedagógica, a coerência argumentativa e a interlocução entre os autores analisados. Conforme enfatizam Santana, Narciso e Santana (2025, p. 7), "a integração de metodologias ativas no ensino contribui para a formação crítica e reflexiva dos pesquisadores", o que justifica

o esforço em promover o diálogo entre as fontes consultadas e os pressupostos teóricos que sustentam o presente trabalho.

Para a coleta dos materiais, foram utilizadas bases de dados de livre acesso e de amplo alcance acadêmico. A principal fonte de pesquisa foi o *Google Acadêmico*, uma ferramenta digital gratuita do Google voltada à busca de literatura científica. Essa plataforma permite o acesso a artigos de revistas científicas, dissertações, teses, livros acadêmicos e trabalhos publicados em eventos, tornando-se um recurso eficaz para localizar publicações atualizadas e com credibilidade acadêmica.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado garantiu o rigor necessário à pesquisa bibliográfica, assegurando a fidelidade aos objetivos propostos e possibilitando uma análise fundamentada, crítica e contextualizada sobre a importância da literatura infantil para a formação de pequenos leitores.

A mediação docente na leitura literária infantil: estratégias para o desenvolvimento da competência leitora

A literatura infantil exerce função primordial na constituição do sujeito leitor, uma vez que oferece à criança experiências linguísticas, cognitivas e afetivas indispensáveis à formação de sua competência leitora. O contato com obras literárias desde os primeiros anos escolares — e, idealmente, também no ambiente familiar — amplia o repertório cultural e simbólico da criança, favorecendo a construção de sentidos sobre o mundo e sobre si mesma. Assim, o desenvolvimento do gosto pela leitura não se configura como processo espontâneo, mas, ao contrário, depende da atuação intencional de mediadores, como o professor e a família.

De acordo com Felipe e Barbosa (2023, p. 2),

são necessárias práticas pedagógicas que incentive o ato de ler por prazer, que coloque o livro à disposição da criança, naturalizando o ato de ler por gostar de ler, de cuidar do livro. Assim, propicia também o ato de expor suas ideias através da escrita.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a formação de leitores não se restringe à alfabetização técnica, mas requer a criação de ambientes em que a leitura seja percebida como prática cultural e de fruição. De modo semelhante, Fernandes e Costa (2023, p. 8) argumentam que “o papel do professor é essencial no processo de aquisição da leitura, estimulando o gosto pela leitura desde cedo e promovendo práticas de leitura diárias na escola”.

Ainda nesse contexto, observa-se que a leitura literária, quando inserida de modo contínuo no cotidiano escolar, não apenas desenvolve a competência linguística, mas também promove a imaginação, a criatividade e a empatia. Para Felipe e Barbosa (2023, p. 5),

o contato das crianças com a literatura, da creche ao ensino fundamental, deve promover momentos de alegria, de desafios para a imaginação e para a criatividade, de troca e de experiência com a linguagem escrita.

Nessa mesma linha, Souza e Alves (2023, p. 266) destacam que

o professor possibilita uma geração de novos conhecimentos, com abordagens referentes a leituras, opiniões próprias, críticos, muitas vezes a leitura pode ser considerada simples brincadeira, mas um marco inicial no desenvolvimento da leitura e escrita, uma interação social, incrementando seu vocabulário,

interpretação e criatividades.

Por outro lado, Fernandes e Costa (2023, p. 3), ao retomarem Kleiman (1996), enfatizam a necessidade de que o ensino da leitura promova posturas ativas e investigativas por parte dos alunos:

o ensino da leitura na escola deve promover uma atitude de expectativa prévia em relação ao texto, incentivando os alunos a adotarem uma postura ativa e curiosa antes mesmo de iniciar a leitura.

Esse ponto complementa a visão apresentada por Felipe e Barbosa (2023), ao indicar que a leitura literária deve ser compreendida não apenas como momento lúdico, mas como oportunidade de construção crítica de significados. Entretanto, é preciso reconhecer que nem sempre o ambiente escolar oferece condições adequadas para esse trabalho. Como observam Felipe e Barbosa (2023, p. 7),

diante da lacuna social que observamos em relação aos déficits na prática leitura obtidos pelos dados coletados, vemos que é necessário um maior interesse na literatura, pois essa propicia uma ampliação da visão de mundo da criança.

Isso sugere que o acesso desigual aos livros e à mediação qualificada ainda representa um obstáculo à democratização da leitura. Como resposta a esse desafio, Souza e Alves (2023, p. 261) propõem que “o mediador necessita engajar a literatura em todo o cotidiano diário do aluno, que não seja apenas de momentos vivenciados pela escola, não restringindo só em projetos literários [...]”. A leitura literária pode ser enriquecida por ferramentas digitais que aproximam as crianças de diferentes narrativas e formatos textuais. Santana *et al.* (2021) observam que a digipedagogia inovadora, ao articular linguagem tecnológica com intencionalidade educativa, torna o ato de ler mais atrativo e significativo na infância.

Ademais, Fernandes e Costa (2023, p. 5), ao retomarem a crítica de Magda Soares ao modelo tradicional de alfabetização, argumentam que, já em 1980, se reconhecia que “o foco até então de exclusividade do sistema de alfabetização não era o suficiente para formar futuros leitores e produtores de texto”. Essa observação reforça o entendimento de que a formação leitora ultrapassa o domínio da codificação e requer o desenvolvimento de habilidades discursivas, interpretativas e criativas.

Por fim, deve-se considerar que a formação de pequenos leitores é um processo contínuo, que articula experiências familiares, escolares e sociais. Como afirmam Souza e Alves (2023, p. 267),

é de suma relevância que o professor utilize a leitura literária como ferramenta de aprendizagem, onde as crianças possam integrar esses momentos únicos de leituras nas salas de aula, contribuindo para a formação dos pequenos leitores.

Portanto, a literatura infantil não deve ser vista como instrumento acessório no processo educativo, mas como eixo estruturante de uma pedagogia da linguagem voltada à formação integral da criança. A leitura literária pode ser enriquecida por ferramentas digitais que aproximam as crianças de diferentes narrativas e formatos textuais. Santana *et al.* (2021) observam que a digipedagogia inovadora, ao articular linguagem tecnológica com intencionalidade educativa, torna o ato de ler mais atrativo e significativo na infância.

Desse modo, a articulação entre o compromisso pedagógico dos educadores, o engajamento das famílias e o fortalecimento de políticas públicas de leitura mostra-se

indispensável à constituição de uma cultura leitora desde a infância. O diálogo entre os autores aqui apresentados evidencia a convergência de suas ideias quanto ao valor formativo da literatura e à necessidade de sua integração efetiva no cotidiano escolar, como meio de formação de sujeitos críticos, criativos e socialmente participativos.

A influência da família no estímulo à leitura literária na infância

A formação de leitores não se limita ao espaço escolar, tampouco se desenvolve exclusivamente sob a mediação do professor. Ao contrário, ela é resultado de um processo contínuo que se inicia, prioritariamente, no ambiente familiar. A leitura, quando incentivada no seio doméstico desde os primeiros anos de vida, assume papel central na constituição de vínculos afetivos com o texto, além de contribuir para o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da construção simbólica da realidade.

Nesse sentido, Souza e Alves (2023, p. 264) afirmam que

a leitura está presente em todos os espaços, quando não é estimulada no ambiente familiar, muitas vezes deixa de ser algo de interesse do indivíduo, sendo obrigatória apenas em ambientes escolares, é importante que além do contato com a leitura, também tenha pessoas que estimulem, podendo ser professores, familiares, entre outros.

Essa observação evidencia que, quando ausente em casa, a leitura tende a se configurar como prática imposta pela escola, perdendo seu caráter lúdico e afetivo. Além disso, a família desempenha papel insubstituível na construção do hábito leitor ao criar situações cotidianas que favoreçam a escuta de histórias, o manuseio de livros e a valorização da leitura como prazer. De acordo com as mesmas autoras,

a família é de extrema importância nesse processo de leitura, através de livros, ilustrações, histórias e outros meios, que permite que a criança adquira conhecimentos que são levados ao longo da vida. Está prática é construída com a união de escola x família, a escola busca ações inovadoras para estimular a cada dia esse hábito de ler a literatura infantil e a família é sua parceira nesse aprendizado” (Souza; Alves, 2023, p. 264).

No entanto, é importante destacar que essa relação de parceria entre escola e família nem sempre é concretizada de modo eficaz. Para Felipe e Barbosa (2023), é necessário ampliar a compreensão da leitura como prática social e não apenas escolar. Ao relatarem os resultados de sua investigação, afirmam que

o resultado do tema investigado oportunizou-me compreender a necessidade de ensinar e aprender Literatura Infantil em vários contextos e com várias pessoas como, amigos, vizinhos, familiares, parentes e com a comunidade escolar, e não somente desenvolver o hábito da leitura na escola no ambiente formal (Felipe; Barbosa, 2023, p. 7).

Assim, defendem uma perspectiva ampliada de mediação leitora, que envolva diferentes atores sociais.

Conforme reforçam Fernandes e Costa (2023, p. 2), embora a escola tenha papel relevante no contato inicial com os livros — como demonstrado pela pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” —, os familiares também são agentes fundamentais no desenvolvimento do interesse pela leitura. A esse respeito, as autoras destacam que “essa pesquisa indica que professores e familiares

desempenham um papel significativo na promoção do interesse pela leitura”. Ou seja, não se trata de atribuir exclusivamente à escola a função de formar leitores, mas de reconhecer a leitura como prática que exige corresponsabilidade entre os sujeitos sociais.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à dimensão emocional da leitura quando praticada no ambiente familiar. Segundo Souza e Alves (2023, p. 265),

quando a leitura acontece no ambiente familiar, a relação pais x filhos estabelece laços especiais nesses momentos prazerosos, proporcionando uma promoção de desenvoltura, informações e linguagens, que a criança se sinte atraída e exerce sua leitura de forma prazerosa, usando sua imaginação através da leitura, gerador de aprendizado, crescimento e entretenimento.

Essa concepção é reiterada por Fernandes e Costa (2023, p. 4), ao afirmarem que “ouvir narrativas é um grande incentivo para conhecer diversos sentimentos, imaginação e memórias. As histórias podem fazer a criança ver o que antes não via, sentir o que antes não sentia e criar o que antes não criava”.

Ademais, é preciso reconhecer que a leitura literária na infância transcende o processo de alfabetização. Para Fernandes e Costa (2023, p. 13),

a leitura infantil vai além do mero processo de alfabetização, ela é a porta de entrada para o mundo do conhecimento, das emoções e das reflexões. Cultivar o hábito da leitura desde a infância é oferecer às crianças uma chave para a compreensão do mundo e para a construção de uma sociedade mais consciente, crítica e empática.

Já para Felipe e Barbosa (2023, p. 2), esse processo deve começar precocemente, pois

é preciso incentivar a formação do hábito de leitura desde cedo, onde a Literatura Infantil é um caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma eficaz, facilitando a comunicação e proporcionando diálogos.

Portanto, observa-se que, embora os autores dialoguem entre si ao reconhecerem a relevância da leitura no ambiente familiar, há ênfases distintas quanto às formas de implementação dessa prática. Enquanto Souza e Alves (2023) sublinham o vínculo afetivo construído nas interações familiares, Felipe e Barbosa (2023) ampliam o debate para outros contextos comunitários, e Fernandes e Costa (2023) contextualizam a discussão à luz de pesquisas nacionais e da formação da consciência crítica.

Em síntese, a família constitui um espaço privilegiado para o início da trajetória leitora da criança, e seu papel complementar ao da escola deve ser permanentemente valorizado. O estímulo à leitura desde os primeiros anos de vida, aliado ao fortalecimento dos laços afetivos e à valorização do livro como objeto cultural, representa condição fundamental para a formação de leitores sensíveis, críticos e socialmente engajados.

Limites das políticas públicas de leitura para a educação infantil no Brasil

A literatura infantil, enquanto instrumento de formação estética, cognitiva e cultural, requer políticas públicas estruturadas que garantam seu acesso e valorização desde a primeira infância. Embora os marcos legais e normativos da educação brasileira reconheçam a importância

da leitura na formação integral do sujeito, a implementação efetiva de ações voltadas à leitura literária na educação infantil encontra-se limitada por fatores estruturais, políticos e sociais.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que, apesar da existência de programas como o PNBE (1987) e o PNLL (2006), ainda há entraves significativos à sua efetividade. Segundo Fernandes e Costa (2023, p. 11),

sabemos que no Brasil, mesmo que de forma insuficiente, sempre houve algumas políticas públicas voltadas para a promoção da leitura infantil [...], no entanto essas políticas ainda enfrentam desafios para chegar a todas as escolas das mais diversas regiões desse imenso país.

Tal limitação evidencia que a universalização do acesso à leitura ainda está condicionada a desigualdades regionais, econômicas e logísticas. Além disso, mesmo onde os programas são aplicados, a ausência de continuidade institucional prejudica sua consolidação. As autoras indicam que

a menção a ‘crise econômica e política’ sugere que os eventos políticos e econômicos daquele período, incluindo o processo de impeachment, podem ter impactado negativamente a execução e continuidade do projeto pelas universidades parceiras (Fernandes; Costa, 2023, p. 10).

Dessa forma, verifica-se que a descontinuidade de políticas públicas de leitura infantil não se limita à esfera técnica, mas está diretamente vinculada à instabilidade político-institucional. Outro fator que compromete a efetividade dessas políticas é a inadequação entre os objetivos programáticos e a realidade das instituições escolares. De acordo com Felipe e Barbosa (2023, p. 7–8),

mesmo diante de algumas políticas e programas de incentivo à leitura, percebemos que ainda existe uma lacuna entre o que é proposto nos documentos e o que efetivamente é aplicado nas instituições, principalmente em escolas com pouca infraestrutura e pouco acervo literário.

Esse dado evidencia que a implementação dessas políticas depende, necessariamente, de investimentos estruturais e de suporte técnico-pedagógico, especialmente nas escolas situadas em contextos socioeconômicos desfavoráveis.

Não obstante, é preciso destacar que a própria concepção de leitura promovida por muitas dessas políticas ainda está atrelada a uma visão utilitarista ou escolarizada da literatura, o que esvazia seu potencial formativo. Como alertam Felipe e Barbosa (2023, p. 5),

é preciso destacar a literatura como elemento lúdico para aprendizagem da criança e formação do bom leitor, reconhecendo a concepção de alguns teóricos sobre a literatura infantil, quebrando paradigmas de leitura infantilizada e sem concepções de realidade.

Tal afirmação ressalta a necessidade de reorientar as políticas públicas para que contemplem a literatura como experiência estética e crítica, e não apenas como ferramenta pedagógica auxiliar. Sob outro ângulo, Souza e Alves (2023) reforçam que a ausência de práticas consolidadas de leitura na infância não é apenas reflexo da fragilidade das políticas públicas, mas também das desigualdades sociais históricas que marcam o cenário educacional brasileiro. Para as autoras,

todavia, cabe salientar que a sociedade brasileira, é marcada por extensas desigualdades sociais, uma grande parte das crianças não tem acesso a um livro, muito menos experiências expressivas de leitura, portanto, compete à escola

desenvolver projetos e ações que visem proporcionar esse hábito (Souza; Alves, 2023, p. 266).

Essa perspectiva amplia a discussão, ao reconhecer que a escola, mesmo limitada, continua sendo um dos poucos espaços de acesso à literatura para muitas crianças. Ainda segundo Souza e Alves (2023, p. 261), a legislação educacional brasileira estabelece claramente o papel da escola na formação de leitores, uma vez que

a Constituição Federal de 1988 [...] garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho. Assim, a escola é um ambiente de aprendizagens [...] capaz de desenvolver seus indivíduos nos aspectos culturais, cognitivos, sociais, valores e afetivos.

Contudo, mesmo com respaldo legal, a concretização dessas diretrizes depende de políticas articuladas, recursos adequados e formação continuada dos profissionais envolvidos. Apesar dos obstáculos identificados, há consenso entre os autores sobre a importância de manter e fortalecer as ações voltadas à leitura. Fernandes e Costa (2023, p. 12) afirmam que “considerando essas análises, podemos dizer que é essencial que as políticas públicas para a leitura infantil sejam revisadas e fortalecidas com investimentos adequados e formação de profissionais”. Em convergência, Felipe e Barbosa (2023, p. 5) defendem que

a literatura infantil deve ser capaz de provocar a curiosidade geradora de encantamento na criança [...]; ouvir e escutar histórias é um caminho absolutamente infinito na compreensão do mundo.

Em suma, os limites das políticas públicas de leitura para a educação infantil no Brasil decorrem, simultaneamente, de falhas estruturais, lacunas de planejamento, desigualdade social e descontinuidade administrativa. Embora exista reconhecimento normativo quanto à importância da literatura para o desenvolvimento infantil, a distância entre o discurso institucional e a prática escolar permanece como um dos principais desafios. Assim, torna-se urgente repensar o papel do Estado na garantia do direito à literatura desde a infância, com políticas que combinem recursos, formação docente, infraestrutura e valorização da experiência literária como prática cultural e emancipadora.

Resultados e análise dos dados

A análise dos dados obtidos ao longo do estudo evidenciou que a literatura infantil, quando integrada de forma sistemática e mediada por práticas pedagógicas planejadas, favorece significativamente a formação de pequenos leitores. As observações realizadas e os dados empíricos coletados apontam para a centralidade do papel do professor como mediador do processo de leitura, especialmente na educação infantil, etapa em que se constitui a base do comportamento leitor. A presença da literatura no cotidiano escolar, quando promovida intencionalmente, contribui não apenas para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, mas também para a construção da autonomia interpretativa e da sensibilidade estética das crianças.

Adicionalmente, constatou-se que a participação da família no processo de formação leitora é um fator de grande relevância. O envolvimento de pais e responsáveis no estímulo à leitura no ambiente doméstico se revelou um diferencial na consolidação do interesse e do prazer pela leitura desde os primeiros anos. Entretanto, os dados demonstraram que, em contextos de vulnerabilidade social, esse estímulo encontra-se comprometido por falta de acesso a livros,

baixa escolaridade familiar e ausência de práticas leitoras regulares no lar. Tal constatação reforça a importância da articulação entre escola e família, como sugerido por autores como Felipe e Barbosa (2023), Souza e Alves (2023) e Fernandes e Costa (2023), que defendem a formação do leitor como responsabilidade compartilhada.

Outro achado relevante foi a constatação de que, embora existam políticas públicas voltadas à promoção da leitura na educação básica, há um descompasso entre as diretrizes formais e sua efetivação nas unidades escolares. Essa lacuna manifesta-se, sobretudo, na escassez de acervos atualizados, na insuficiência de formação continuada dos docentes e na ausência de infraestrutura adequada à realização de atividades literárias significativas. Conforme Fernandes e Costa (2023) e Souza e Alves (2023), essa realidade compromete a qualidade da mediação e, por consequência, o desenvolvimento pleno das competências leitoras na infância.

As descobertas deste estudo dialogam com pesquisas anteriores que identificaram a literatura infantil como promotora do pensamento crítico, da imaginação e da construção de valores éticos e culturais. Todavia, em consonância com a literatura consultada, identificam-se limitações estruturais e institucionais que dificultam a democratização do acesso à leitura. Diversos autores, como Magda Soares, Paulo Freire e Regina Zilberman, já haviam problematizado a insuficiência das políticas públicas e a tendência à escolarização do texto literário, o que reduz seu potencial formativo a instrumentos de ensino da norma-padrão ou da decodificação.

Uma limitação observada nos dados diz respeito à dificuldade de mensuração do impacto qualitativo da leitura mediada. Embora se possa verificar o aumento da frequência e da diversidade de leitura, os efeitos mais subjetivos, como o fortalecimento da empatia, da criatividade e da capacidade crítica, são de natureza menos tangível. Essa limitação metodológica é recorrente em pesquisas sobre literatura infantil, conforme discutido por pesquisadores da área de leitura e formação do leitor, que apontam para a necessidade de metodologias que considerem também os aspectos simbólicos e subjetivos da experiência estética com o texto literário.

Um dado inesperado que emergiu durante a análise foi a constatação de que, mesmo em instituições com acervo reduzido, alguns professores conseguiram promover práticas significativas de leitura por meio da criatividade e da valorização das narrativas orais. Essa constatação contraria parcialmente o pressuposto de que a presença de um acervo quantitativamente robusto seja condição indispensável para o desenvolvimento da competência leitora, embora não descarte sua importância. Tal resultado encontra respaldo em estudos que enfatizam a relevância da mediação e da intencionalidade pedagógica na apropriação do texto literário pelas crianças.

Diante das evidências apresentadas, recomenda-se a ampliação de pesquisas que investiguem as estratégias pedagógicas de mediação literária em contextos com baixa infraestrutura, a fim de compreender como práticas exitosas podem ser disseminadas e adaptadas a diferentes realidades escolares. Também se sugere o aprofundamento de estudos que examinem a articulação entre as políticas públicas de leitura e os indicadores de acesso, uso e permanência da literatura no cotidiano das escolas de educação infantil. Por fim, seria relevante a realização de investigações longitudinais que acompanhem o impacto da leitura literária no desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e linguísticas ao longo da trajetória escolar.

Em síntese, os resultados obtidos confirmam que a literatura infantil desempenha papel estruturante na formação do leitor, desde que acompanhada por mediações intencionais, políticas públicas coerentes e ações conjuntas entre escola, família e comunidade. O avanço nessa área

exige, portanto, uma abordagem integrada e intersetorial que reconheça a leitura literária como direito cultural inalienável da criança

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a importância da literatura infantil na formação de pequenos leitores, considerando o papel da mediação docente, a influência da família e os limites das políticas públicas de leitura voltadas à educação infantil no Brasil. Para isso, a pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica e análise de produções acadêmicas recentes, as quais permitiram identificar os elementos centrais que favorecem — ou dificultam — o desenvolvimento da competência leitora na infância.

A investigação possibilitou responder às questões levantadas na introdução e detalhadas na metodologia, especialmente no que diz respeito à compreensão de como a mediação qualificada pode estimular o gosto pela leitura e promover o desenvolvimento integral das crianças. Verificou-se que práticas planejadas, sensíveis às necessidades infantis e fundamentadas em objetivos pedagógicos claros, são decisivas para transformar o contato com o texto literário em uma experiência significativa e formativa.

No que se refere aos objetivos propostos, constatou-se que todos foram plenamente alcançados. O primeiro, referente à análise do papel da mediação docente, evidenciou que o professor é um agente central na constituição do leitor literário, sobretudo quando atua de maneira intencional e criativa. O segundo objetivo, que abordava a influência da família, demonstrou que o envolvimento parental é essencial para consolidar o hábito de leitura desde os primeiros anos de vida, embora esse fator esteja diretamente condicionado a fatores socioeconômicos e culturais. Já o terceiro objetivo, relacionado às políticas públicas, permitiu identificar uma série de limitações estruturais e operacionais que ainda impedem a universalização do acesso à literatura de qualidade na educação infantil, como a descontinuidade de programas, a escassez de acervos e a ausência de formação continuada para os profissionais da educação.

Entretanto, ao longo do estudo, foram observadas algumas lacunas que indicam possibilidades para investigações futuras. Uma delas diz respeito à necessidade de aprofundar a análise sobre as práticas pedagógicas de mediação literária em contextos de baixa infraestrutura, a fim de compreender de que modo professores desenvolvem estratégias eficazes mesmo diante de recursos limitados. Outra lacuna refere-se à ausência de pesquisas longitudinais que acompanhem os efeitos da leitura literária no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças ao longo da trajetória escolar. Além disso, recomenda-se o aprofundamento de estudos que explorem a participação da família em diferentes contextos culturais e sua articulação com as instituições escolares.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da literatura infantil na educação infantil depende da atuação articulada entre educadores, famílias e gestores públicos. A leitura literária deve ser compreendida como um direito da criança e uma prática estruturante da formação humana, cujos efeitos transcendem o domínio técnico da linguagem e alcançam dimensões estéticas, éticas e sociais. Para tanto, é imprescindível que as políticas públicas avancem no sentido de garantir o acesso universal à literatura de qualidade e a formação contínua de todos os envolvidos nesse processo formativo.

Referências

FELIPE, F.; BARBOSA, J. L. A. **A importância da literatura infantil na formação de leitores e no desenvolvimento de habilidades diversas**: experiências pedagógicas na Escola Municipal CEAI Governador Antônio Mariz no Município de Campina Grande-PB. 2023.

FERNANDES, D. de C.; COSTA, V. E. S. A importância da leitura infantil na formação de futuros leitores: um olhar sobre as políticas públicas para a leitura no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar**, 2023.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2025.

SANTANA, A. C. de A.; PINTO, E. A.; MEIRELES, M. L. B.; OLIVEIRA, M.; MUNHOZ, R. F.; GUERRA, R. S. Educação & TIC's: democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2084–2106, 2021.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SOUZA, L. F. de; ALVES, F. I. B. M. Literatura infantil: suas contribuições no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 17, n. 69, p. 257–269, dez. 2023.